

# O EMPREGO DOS MEIOS OPTRÔNICOS DO ESQUADRÃO DE CAVALARIA MECANIZADO, NO COMBATE AOS ILÍCITOS TRANSFRONTEIRIÇOS NOS SETORES DE SEGURANÇA INTEGRADOS DA 4ª BRIGADA DE CAVALARIA MECANIZADA, EM OPERAÇÕES DE FAIXA DE FRONTEIRA.

XXXXXXXXX, xxxx xxxxxx xxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxxxx <sup>1</sup>

## Resumo

O artigo buscou abordar sobre o contexto conturbado de ilícitos e insegurança pública na fronteira Oeste do país, mostrando a dificuldade da fiscalização na faixa de fronteira por parte dos Órgãos de Segurança Pública, levando à designação das Forças Armadas para a realização de ações de combate aos crimes cometidos no interior da faixa de fronteira. Com a recente modernização de seus meios de sensoriamento e apoio à decisão, o Exército busca aplicar por meio de suas novas ferramentas operacionais, diferentes metodologias e empregabilidades das tropas dotadas dessas novas capacidades, obtendo e impondo consideráveis mudanças nesse cenário de ilegalidades. Esse artigo mostra uma análise do emprego dos novos meios optrônicos do SISFRON nos Setores de Segurança Integrados da 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, em operações de faixa de fronteira, associando aos resultados obtidos nesse tipo de operação. Embasado nas informações obtidas em relatórios de operação e questionários concluiu-se que houve um aumento significativo nas apreensões de ilícitos a partir de 2018, primeiro ano do emprego dos meios optrônicos em operações dessa natureza, após a sua certificação e validação de utilização.

Palavras-Chaves: Meios optrônicos. Faixa de fronteira. Ilícitos. Setores de Segurança Integrados.

## Introdução

O Brasil é considerado um país continental e dispõe de uma faixa de fronteira terrestre que se entende por 16.886 km, possuindo divisa territorial com dez dos doze países da América do Sul, excluindo somente o Chile e o Equador. O Brasil e o Paraguai compartilham 1.365,4 km de fronteira nessa linha divisória, separados por 910 marcos posicionados desde a foz do Rio Apa na tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Bolívia em Corumbá - MS até a foz do Rio Iguazu na tríplice fronteira Brasil/Paraguai/Argentina em Foz do Iguazu – PR.

Essa demarcação entre os dois países ficou conhecida ao longo da história por ser uma porta de entrada de grandes quantidades de produtos ilícitos, por exemplo: a maconha, a cocaína e o cigarro ilegal.

As dimensões da problemática atinente ao narcotráfico e ilícitos relacionam-se a três fatores fundamentais. Em primeiro lugar, a importância política e econômica que o assunto tomou no cenário internacional e regional. Em segundo lugar, o narcotráfico

<sup>1</sup> Capitão de Cavalaria da turma de 2013, graduado em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras. Atualmente, aluno da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais.

nutriu-se dos problemas que assolam a sociedade brasileira, como por exemplo, o crescimento do desemprego e o aumento na diversificação da economia informal no país. Por último, a admissão de camadas mais populares ao consumo de drogas, antes realizado, majoritariamente, por pessoas da classe média e alta (FILHO & VAZ, 1997).

Nesse contexto, existem diversas medidas de fiscalização, monitoramento e controle por parte dos Órgãos de Segurança Pública (OSP) para dirimir e inibir a prática desses crimes na faixa de fronteira com o Paraguai, bem como a realização do levantamento de informações sobre as possíveis áreas suspeitas e a execução de operações, muitas vezes interagências, voltadas diretamente ao combate ao narcotráfico.

O Exército Brasileiro possui grande presença na divisa Oeste do país, destacando-se ativamente nessa conjuntura de repressão aos ilícitos, a 4ª Bda C Mec, com sede na guarnição de Dourados – MS.

A “Brigada Guaicurus” é uma Grande Unidade (GU) do Comando Militar do Oeste (CMO) e está inserida nos principais programas estratégicos do Exército, como por exemplo, o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira (SISFRON). Tal fato confere a 4ª Bda C Mec pioneirismo na incorporação e emprego de Subsistemas de Sensoriamento e de Apoio a Decisão como: o Radar Sentir M20, o Binóculo Óptico (BO) *Steiner Military 7x50*, o Monóculo de Visão Noturna (VN) LORIS e o Equipamento Termal CORAL CR.

Em virtude dessa recente modernização nos meios de emprego, os seus Regimentos de Cavalaria Mecanizados (10º RC Mec, 11º RC Mec e 17º RC Mec) são empregados efetivamente no reconhecimento mecanizado da faixa de fronteira e operam regularmente nos seus Setores de Segurança Integrados (SESI) com a realização constante de operações subsidiárias, com foco no combate ao narcotráfico e ilícitos.

## **Desenvolvimento**

Define-se o termo “faixa de fronteira” como a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, paralela à linha divisória do território nacional, conforme o parágrafo 2º do artigo 20 da Constituição Federal de 1988.

A demarcação da fronteira do Brasil com o Paraguai foi delimitada após o término da Guerra da Tríplice Aliança pelo Tratado de Limites Brasil/Paraguai de 09 de janeiro de 1872 e pelo Tratado Complementar de 21 de maio de 1927.

O limite entre as duas nações é separado, muitas vezes, apenas por uma linha seca e invisível, onde não é possível situar-se com facilidade, obtendo a localização apenas pela visualização dos pequenos marcos que frequentemente estão muito distantes entre si.

Diversas atividades econômicas e comerciais foram e são desenvolvidas na faixa de fronteira entre os países, obtendo valor notável nesse escopo: a pecuária e a agricultura. Porém, nas últimas décadas um ator problemático ocupou o papel principal e mais perigoso dessa região: o narcotráfico.

O Brasil importa, processa e exporta diversos tipos de drogas, tornando-se um influente centro de produção e de consumo, além de fornecer outras drogas alternativas para os mercados externo e interno, destacando-se, por esse motivo em meio ao narcotráfico internacional. Dessa forma, rapidamente cresceu a importância do País no comércio internacional de drogas. Aumentando assim, no cenário mundial, as expectativas quanto ao seu papel no enfrentamento do mesmo (FILHO & VAZ, 1997).

Segundo a Polícia Federal, estima-se que 80% das drogas que adentram no Brasil são oriundas do Paraguai, grande parte passando pelos entornos das cidades paraguaias de Pedro Juan Caballero, Capitán Bado, Salto Del Guairá e Ciudad del Este. A distribuição ao Brasil é realizada por meio de diversas rodovias, tendo a cidade do Rio de Janeiro – RJ como o principal destino nacional das drogas.

O narcotráfico possui uma infraestrutura robusta, com laboratórios, armazéns e aeroportos, mobilizando milhares de pessoas e gerando um enorme montante de recursos. Alguns estudos revelam que o comércio mundial de drogas gera um volume aproximado de 300 bilhões de dólares ao ano, ultrapassando o Produto Interno Bruto de muitos países (CAPARROZ, 2018).

O Paraguai é o maior produtor de *cannabis* na América Latina e faz parte da rota do tráfico da cocaína boliviana que chega ao Brasil. Por esse motivo, a situação da segurança nacional do país é alarmante, tendo em vista a presença de guerrilhas que são suportadas pelo dinheiro das atividades ilícitas vinculadas ao narcotráfico (JUNQUEIRA & RODRIGUES apud et al, 2018).

O controle e fiscalização dessa fronteira é difícil devido a sua grande extensão e fácil acesso, restringindo, assim, o modo de enfrentamento da situação. A permeabilidade e a porosidade das cidades fronteiriças auxiliam na proliferação dos canais do tráfico e enfraquecem a atuação do controle policial e fiscal aduaneiro. Devido à proximidade e à vulnerabilidade das suas fronteiras, o Brasil e o Paraguai

procuram medidas conjuntas para reduzir a intensidade do narcotráfico por meio da atuação em operações bilaterais (BARROSO, 2020).

No contexto conturbado do narcotráfico e da insegurança pública, além da fiscalização na faixa de fronteira por parte dos Órgãos de Segurança Pública, foi designada às Forças Armadas, a realização de ações de combate aos crimes cometidos no interior da faixa de fronteira, com amparo na Constituição Federal de 1988; na Política de Defesa Nacional (PDN) que foi implantada em 1996, regulamentada em 2005 e atualizada em 2012, quando passou a ser denominada Política Nacional de Defesa (PND); na Lei Complementar (LC) nº 97, de 09 de junho de 1999; e no Decreto Nº 8.903, de 16 de Novembro de 2016.

Apesar de não estar mais em vigor, a compreensão sobre o Plano Estratégico de Fronteiras (PEF) é fundamental para a contextualização das atuais operações na faixa de fronteira.

O governo federal, sob a coordenação do vice-presidente da República, criou o PEF com o objetivo de reforçar a presença do Estado e garantir a necessária proteção que a faixa de fronteira necessitava.

O Plano foi instituído por meio do Decreto Nº 7.496 de 08 de junho de 2011 que estabelecia diretrizes e objetivos similares ao PPIF.

O PEF abrangeu duas operações principais: a Sentinela e a Ágata. O presente trabalho ateu-se à Operação Ágata, pois a sua realização e a sua própria natureza inserem-se no contexto da fronteira Brasil/Paraguai.

A Operação Ágata é uma ação conjunta do Exército, Marinha e Aeronáutica, por meio da coordenação do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), sob responsabilidade do Ministério da Defesa (MD), e reflete os objetivos de presença e proteção fronteiriços do PEF (ZAIA, 2013).

Segundo o Ministério da Defesa, a Operação Ágata visa: a redução dos índices de criminalidade; o apoio à população; a coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais; a cooperação com os países fronteiriços; e a intensificação da presença do Estado.

O emprego do Exército na Operação Ágata está inserido nas Operações de Cooperação e Coordenação com Agências (OCCA), visto que, desde a sua concepção no PEF, está previsto o emprego das FA em união de esforços com outros OSP ou de forma interagências.

A capilaridade e a presença das Forças Armadas, conjugadas com suas capacidades de uso dual (Guerra e Não Guerra), possibilitam o emprego em ações subsidiárias, complementando as expressões do Poder Nacional.

No contexto das Ações Subsidiárias, existe o conceito de “Segurança integrada” que tem a finalidade de estimular e consolidar uma maior participação e integração dos diversos setores que estão envolvidos na segurança pública (CAJAZEIRA, 2017).

O Comando Militar do Oeste (CMO) é um dos Comandos Militar de Área do Exército Brasileiro e abarca três brigadas em seu organograma: a 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira, a 13ª Brigada de Infantaria Motorizada e a 4ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, com sede na guarnição de Dourados – MS.

A “Brigada Guaicurus” está inserida na Segurança Integrada, atuando fortemente nas ações de faixa de fronteira, possuindo em sua área de atuação 10 cidades do estado do Mato Grosso do Sul que fazem fronteira com o Paraguai, sendo elas: Porto Murtinho, Caracol, Bela Vista, Antônio João, Ponta Porã, Aral Moreira, Coronel Sapucaia, Paranhos, Sete Quedas, Japorã e Mundo Novo.

Os Setores de Segurança Integrados (SESI) da 4ª Bda C Mec ocupam uma posição geográfica caracterizada por ter um clima subtropical com estações bem definidas e vegetação composta basicamente por floresta tropical subcaducifólia, por floresta tropical subcaducifólia de várzea e áreas de transição entre o cerrado e a floresta tropical subcaducifólia (BHERING, 2009), sendo assim, apresentando um panorama extremamente propício a plantação de *cannabis*.

No aspecto hidrográfico, segundo a Polícia Federal, o Rio Iguatemi e o Rio Paraná são utilizados em larga escala para o transporte de drogas oriundas do Paraguai e da região, aumentando a dificuldade no controle e fiscalização, visto que essa é mais uma forma de transporte dos ilícitos, necessitando um tipo de operação específica para o combate ao seu traslado.

A rede viária da região é bastante capilarizada, abrindo diversos eixos de rodovias que propagam a distribuição das drogas em direção ao interior do Brasil, cabe ressaltar que existem incontáveis estradas de chão, conhecidas popularmente como “cabriteiras” que incidem na linha de fronteira entre os dois países, dificultando ainda mais o gerenciamento dessa problemática.

A integração desses fatores corrobora para a formação de uma conjuntura, imensamente, favorável a entrada de ilícitos pela fronteira Brasil/Paraguai, crescendo a importância da presença massiva e pontual do Estado na divisa dos países.

A conjuntura apresentada serviu como um dos principais estímulos para a criação do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), devido à urgência de ser intensificada a presença do Estado na faixa de fronteira terrestre (CORDOBA, 2018).

Na concepção do Programa foram elencados diversos benefícios que se esperavam com a implantação do SISFRON. Na esfera da Segurança Pública objetivou-se o combate ao narcotráfico, o combate ao contrabando de armas, o combate aos ilícitos transfronteiriços e o combate ao crime organizado (BUDÓ, 2019).

O SISFRON foi inaugurado em seu primeiro módulo no final de novembro de 2014, mobiliando a 4ª Bda C Mec, sendo essa Grande Unidade marcada como piloto do projeto que visa monitorar toda a área de fronteira terrestre do país, num investimento total previsto de R\$ 12 bilhões, em várias etapas de implantação (DURING, 2015).

Nesse contexto, por sua vez, a 4ª Bda C Mec mobiliou os seus Regimentos de Cavalaria Mecanizado com diversos meios recebidos pelo SISFRON, destacando-se no Subsistema de Sensoriamento e de Apoio a Decisão os seguintes equipamentos ópticos/termais/optrônicos: Radar SENTIR M20, Binóculo Óptico (BO) Steiner Military 7x50, Monóculo de Visão Noturna (VN) LORIS e o Equipamento Termal CORAL CR que se subdivide em 02 Sistemas diferentes: o Binóculo Termal (BT), de uso transportável e o Binóculo Termal Multifunção (BTM), adotado recentemente.

Na organização das operações da faixa de fronteira, o 11º RC Mec e o 17º RC Mec empregam pelo menos duas peças de manobra na realização da Operação Ágata: um Esqd C Mec, operando ostensivamente no terreno e o Esqd C Ap que por meio do seu Pelotão de Comunicações coordena a parte tática e técnica do funcionamento dos meios de comunicação do SISFRON, nível Unidade.

Nos SESI designados ao 17º RC Mec e 11º RC Mec, os Esqd C Mec atuam no escopo interagências nas Operações Ágata. Apesar da coordenação do emprego da tropa com outras agências ser realizado pelo Cmdo e Estado-Maior, efetivamente, o Esqd C Mec é a fração que trabalha no terreno junto a outro Órgão de Segurança Pública.

Para a realização de uma Operação Ágata, o comandante do Esqd C Mec recebe a missão do Escalão Superior e a partir das diretrizes do Cmdo e Estado-Maior inicia a mobilização e preparação da Subunidade para o seu emprego.

Após o recebimento da matriz de atividades a serem realizadas e a preparação final do Esquadrão, os pelotões são designados ao cumprimento das suas diversas missões, destacando-se: o reconhecimento mecanizado de itinerários pré-estabelecidos e que previamente foram levantados pela Inteligência como possíveis rotas do tráfico; a mobilização de *Check Points* para possíveis abordagens de suspeitos; a realização de Postos de Bloqueio e Controle de Vias Urbanas (PBCVU) ou Postos de Bloqueio e Controle de Estradas (PBCE), visto a grande quantidade de pequenas estradas na região; a realização de monitoramentos de Regiões de Interesse para a Inteligência; e o reconhecimento de áreas indígenas, muitas vezes, em coordenação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Os PBCVU são mobiliados, frequentemente, em estruturas da Polícia Rodoviária Federal ou Polícia Rodoviária Estadual, locais que oferecem boa infraestrutura e apoio direto dos OSP.

As operações mostram que quanto mais ela é realizada de forma ostensiva, menos se torna efetiva no combate aos ilícitos, visto a existência de uma grande quantidade de observadores, conhecidos como “olheiros”, na região, dessa forma, alertam os integrantes da logística do tráfico sobre a atuação das tropas em determinados pontos.

Nesse contexto, uma grande ferramenta para a observação de áreas suspeitas e apreensão de ilícitos é a realização de Monitoramentos de Regiões de Interesse para a Inteligência (RIPI).

Esta atividade possui uma maior eficácia quando designada a ser realizada com duração mínima de 24 horas, pois em apenas uma jornada de monitoramento serão pequenas as chances de obterem-se bons resultados. Outro fato relevante é de que por mais intenso que seja o fluxo de ilícitos numa determinada região, alvos compensadores serão observados, por vezes, num intervalo de 24 a 48 horas entre si.

Nesse sentido, cresce de importância a efetiva utilização dos meios do SISFRON, empregados com o intuito de catalisar o monitoramento e vigilância nessas áreas.

O Binóculo Óptico (BO) *Steiner Military 7x50* é muito utilizado no

monitoramento diurno, ampliando a observação do terreno, assim, facilitando a identificação de possíveis “olheiros” e da realização de atividades ilícitas a uma distância de segurança adequada e que não denuncia a posição do observador, já o Monóculo de Visão Noturna (VN) LORIS mostra-se útil na varredura e observação do terreno, também contribuindo na ampliação da capacidade de vigilância.

O Binóculo Termal (BT) CORAL CR, de uso transportável e o Binóculo Termal Multifunção (BTM) CORAL CR, podem ser considerados os meios optrônicos do SISFRON mais eficazes no monitoramento do terreno, em razão das capacidades já citadas. A sua utilização exige um grande conhecimento técnico do material para que sejam aproveitadas todas as suas funcionalidades.

## **Resultado e conclusão**

Após o recebimento de documentação complementar e a realização do questionário, identificou-se que houve um aumento crescente na apreensão de ilícitos nas operações de faixa de fronteira desde 2018 e deduziu-se pelo cruzamentos de todas as informações angariadas que apesar de ser extremamente necessária a presença do estado na faixa de fronteira, por meio do emprego de tropas em operações ostensivas, como fator dissuasório e inibidor aos crimes transfronteiriços, mostrou-se muito mais eficaz, em relação a apreensões de ilícitos, a realização de operações pontuais e sem grande vulto, utilizando-se de informes precisos levantados pelos optrônicos elencados neste artigo.

Acredita-se que a compartimentação das informações nos diversos níveis de comando, fintas de emprego da tropa e restrição do uso do celular no público interno, acabam sendo medidas que aliadas ao emprego dos optrônicos provocam maior surpresa nas ações e por consequência maior sucesso na realização de apreensões.

Os meios optrônicos são ótimas ferramentas de monitoramento e manutenção da legalidade da faixa de fronteira, mas o que realmente influencia na apreensão de ilícitos são operações bem planejadas e pessoal capacitado a operar corretamente os meios.

O material vem sendo realidade de emprego e ano após ano, vem crescendo a aptidão dos Estados-Maiores das Unidades e comandantes de subunidade em planejar o emprego mais eficaz das frações dotadas dos equipamentos.



Foi notado que existe receio na utilização e manejo dos meios optrônicos por parte de alguns operadores do material, principalmente, referente a sensibilidade e fragilidade dos binóculos termais, acreditando-se que ainda existem oportunidades de melhoria em relação a robustez do equipamento, visto que é um material extremamente caro.

Quanto ao emprego dos meios optrônicos em operações, a tropa pode notar a distância a reação dos condutores e passageiros dos veículos antes da sua chegada nos PBCVU e *Check Points*, auxiliando na tomada de decisão do comandante da fração, bem como aumentou a capacidade de levantamento de informações e possibilidade de identificação de “olheiros” nas regiões monitoradas, mesmo em períodos noturnos.

Quanto ao aumento da segurança na faixa de fronteira dos SESI da 4ª Bda C Mec, foi comprovado que após o emprego desses materiais, mesmo que sem plena consciência da sua operabilidade, o número de apreensão de ilícitos vem crescendo gradualmente desde a sua validação e certificação para o uso em operações.

Concluiu-se, também, que o aumento no número de apreensões de diversos produtos ilegais e ilícitos está influenciado diretamente ao uso dos optrônicos nas operações de faixa de fronteira, e que o monitoramento de regiões de interesse para a inteligência é a atividade nesse tipo de operação que mais traz resultados vinculados à retenção desses produtos.

Dessa forma, entende-se que o emprego dos meios optrônicos dos Esqd C Mec em operações de faixa fronteira é coerente com o cenário apresentado, sendo extremamente eficaz no combate aos crimes transfronteiriços. Acredita-se que com a consolidação do seu bom emprego e plena consciência da sua operabilidade, cada vez mais, esses meios de sensoriamento serão uteis no apoio a tomada de decisão dos escalões superiores.

## **Referências**

BARROSO, Y. J. - **Brasil e Paraguai na troca de estratégias para combate ao narcotráfico internacional**. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Católica do Salvador - Salvador, BA, p. 2 - 5, 2020 - Disponível em <<http://ri.ucsal.br:8080/jspui/handle/prefix/1557>.> Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

BHERING, S. B. - **Zoneamento Agroecológico do Município de Ponta Porã – MS** - Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento Nr 137 da EMBRAPA, 2009. – Disponível em:

<<https://agris.fao.org/agris-search/search.do?recordID=BR20091664519>>. Acesso em: 19 de fevereiro de 2022.

BUDÓ, S. C. F. - **A Implantação do Projeto Piloto do SISFRON e a Consecução de Benefícios à Sociedade como Parte do Desenvolvimento Nacional**. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciências Militares) – Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Rio de Janeiro, p.26,36, 2019. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/5053> >. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

CAJAZEIRA, J. - **A Força Terrestre e o conceito de Segurança Integrada** - Projeto Interdisciplinar (PI) sobre SEGURANÇA INTEGRADA - Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) – Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<http://eblog.eb.mil.br/index.php/menu-easyblog/a-forca-terrestre-e-o-conceito-de-seguranca-integrada.html>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

CAPARROZ, M. de O. T. - **Narcotráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai**. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais - UNINTER - Centro Universitário Internacional. p.3, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.uninter.com/handle/1/224>>. Acesso em: 14 de fevereiro de 2022.

CORDOBA, I. R. – **Os desafios da segurança pública no combate ao narcotráfico na fronteira Brasil/Paraguai no período Lula da Silva e Dilma Rousseff**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade de Relações Internacionais, Universidade federal da Grande Dourados, Dourados, MS, p.29-30, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/bitstream/prefix/2718/1/IngridRiosCordoba.pdf>>. Acesso em: 10 de fevereiro de 2022.

DURING, N. - **SISFRON - Temer visita Centro de Comando em Dourados** – Artigo para o *site* Defesanet, 2015. Acesso em: <<https://www.defesanet.com.br/fronteiras/noticia/19696/SISFRON---Temer-visita-Centro-de-Comando-em-Dourados/>>. Acesso em: 18 de fevereiro de 2022.

FILHO, A. P.; VAZ, A. C. - **O Brasil no contexto do narcotráfico internacional**. Rev. Bras. Polít. Internacional, v. 40, p. 76, 1997. Disponível em <<https://www.scielo.br/j/rbpi/a/mhDdvn6Mgkrqtyyy9bLrdmg/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2022.

JUNQUEIRA, M.; RODRIGUES, M. - **Colômbia, Bolívia e Paraguai: o Brasil na rota do narcotráfico internacional** – Universidade Federal da Integração Latino-Americana p.47, 2018. Disponível em: <<https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/4250>>. Acesso em: 12 de fevereiro de 2022.

ZAIA, S. L. - **As Operações Ágata** – Artigo publicado no dossiê 30 anos do Mercosul, Universidade federal do Paraná, Curitiba, Vol. 2, n.3, p.172, 2013. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/conjglobal/article/view/34625/21452>>. Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.